FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO

(Com breve estudo sobre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Meio Norte)

Carlos Studart Filho

(Continuação)

X) RUMO AO OESTE. LUTA CONTRA OS ESTRANGEIROS. INÍCIO DO MOVIMENTO DESBRAVADOR

Os conquistadores luso-brasileiros que haviam tomado pé nas margens da baía de Saparará, hoje Guajará, e nelas construído o forte do Presepe de Belém, vão, a pouco e pouco, quebrando as asperezas e hostilidades do ambiente amazónico.

Sem incidentes dignos de registro especial no campo das ciências naturais do homem, processa-se a adaptação activa desses recém-vindos á paisagem geográfica nova, colorida e viva que os envolve e domina.

Com a ajuda dos nativos aliados, mais firmemente consolidam suas posições na região do estuário e melhor se aparelham para defendê-las contra as arremetidas de traficantes europeus de várias nacionalidades que, insistentemente, buscavam as águas do portentoso rio para o exercício de empresas comerciais ilícitas.

As feitorias que ali haviam plantado aqueles alienígenas, com a intenção conquistadora ou simplesmente mercantil, iam sendo, é certo, sistemáticamente destruídas, mas suas actividades imperialistas, longe de diminuir, recrudesceriam com o tempo. Ora, isso estava a exigir dos colonizadores uma vigilancia constante e combates sempre renovados para anular os ousados e criminosos empreendimentos da pirataria universal.

As nossas lutas em defesa do extremo norte brasileiro contra a cobiça estrangeira, começada nos primórdios da ocupação da terra pelas forças de Francisco Caldeira Castelo Branco, seriam, por isso mesmo, longas, árduas e cruentas. Prolongando-se por todo o período colonial, elas atravessariam o Império, para só terminar nos dias felizes e brilhantes da primeira República.

Marco inicial a êssa jornada gloriosa foi a vitória alcançada por Pedro Teixeira sobre marujos de um navio de nacionalidade batava que, achando-se fundeado nas alturas de Gurupá, barganhava ás escancaras com os nativos.

Tendo regressado a Belém com os socorros que fora buscar ao Maranhão, o futuro herói da épica travessia amazónica empreendera, por ordem superior e de parceria com Gaspar de Freitas Macedo, a abordagem do barco pirata, ao qual põe fogo, trazendo para aparelhar o forte de Presepe toda a sua artilharia.

Assegurara o bom éxito das armas luso-brasileiras, nesse combate, o emprego de um método tático muito em voga na Colónia desde o seu primeiro século e que sempre se tinha mostrado de perfeita eficiência em operações guerreiras do mesmo tipo. Referimo-nos ao facto de eles usarem, no assalto ao veleiro inimigo, canoas indígenas chamadas ubás que, sendo leves e de grande mobilidade, permitiam acometer de súbito e meter-se fácilmente no angulo morto dos canhões contrários, anulando de pronto os os efeitos mortíferos destas terríveis armas de guerra.

Na ordem de procedência histórica vem, depois, em 1623, o encontro armado da nossa gente com as guarnições dos fortes de Orange e de Nassau que, por serem estas menos adextradas ou de menor efectivo que os atacantes, se viram fácilmente batidas e tomadas prisioneiras por Luís Aranha de Vasconcelos.

No mesmo ano caíam em mãos lusitanas as feitorias de Tilletile e Uarimiuca, levantadas no Cajarí, e a fortificação holandesa de Mariocai ou Maniocai, todas rendidas pelo famoso Bento Maciel Parente e homens de sua tropa. Antigo capitão de um dos navios da armada de Alexandre de Moura, participara esse oficial da guerra contra os franceses de S. Luís e fora feito comandante dos fortes de Itaperi e do Calvário, no Maranhão; exercia, na época, as funções de Capitão-mór da capitania do Pará, por nomeação de 18 de julho de 1621, mas ali chegara no correr de 1619, com ordens para dar combate aos indígenas. (47)

A missão realizada vitoriosamente por Bento Maciel coubera, por escolha do próprio govêrno espanhol, a Luís Aranha de Vasconcelos, militar que, vindo directamente da Metrópole, não pudera ainda deixar traços marcantes de sua passagem em outros setores da Colónia. Incumbido de expulsar os estrangeiros da Amazónia, mas não ousando levar a efeito sózinho o assalto contra os baluartes poderosamente guarnecidos de Cajarí e Maniocaí, puzera-se o delegado régio, prudentemente, ás ordens de Bento Maciel que, valendo-se do posto culminante que ocupava na hierarquia

(47) Veja-se o "Regimento para o Capitão Bento Maciel Parente de 22 de Março de 1619" — (Rev. do Inst. do Ceará, Tomo XXXIV, Ceará, 1920).

administrativa local, incorporara ás suas a força daquele oficial e, assim melhor aparelhado, atacara o inimigo e o desbaratara por completo.

Sorte igual tiveram uma náu de guerra dos contrários, acaso encontrada pelos expedicionários pouco acima do furo de Tajapurú, quando velejavam em direcção ao teatro da luta, e o reduto de Muturu, erigido nas proximidades da foz do rio Parú, ambos dentro do campo de acção que as tropas atacantes abarcavam no momento.

A posição escolhida pelos holandeses, em Mariocai, para se acastelarem foi, pelos lusitanos, julgada de tal modo inconquistável que, depois de tê-la dominado, Bento Maciel passou a usar o presumido título de primeiro descobridor e conquistador do Amazonas, sem dúvida envaidecido pelo brilho de semelhante feito darmas.

Essa campanha, dada a sua envergadura, reclamou a cooperação de quase todos os militares de certo renome que então serviam em Belém. Dela participaram, com efeito, além de Luís Aranha de Vasconcelos, Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro, Salvador de Melo, os alferes Pedro da Costa Favela, António Amorim e Francisco Medina e outros soldados de igual têmpera.

No local do fortim desbaratado, erigiu-se o forte de Santo António de Gurupá, que passou a ser, assim, a guarda avançada da civilização ibérica em chãos do grande mundo amazónico. Destinado a barrar a passagem a novas invasões estrangeiras, foi o reduto guarnecido com cinquenta soldados e posto sob o comando do Capitão Jerónimo de Albuquerque.

De pouco valeria, porém, o heroismo e o esforço dos portugueses contra a tenacidade inquebrantável de seus inimigos externos.

A reacção dos nossos, destruindo prontamente pequenos núcleos de exploração e de resistência, criados pelos intrusos, não lograria, porém, impedir que novos barcos piratas continuassem a afluir para a região do estuário amazónico. Saídos das costas da Inglaterra, Holanda e França, para o mister de arruinar o comércio espanhol, suas tripulações encontravam sempre, nessas terras ainda misteriosas, campo propício á expansão de seus instintos rapaces.

Em 1625, Pedro Teixeira que, desde a fundação do Pará, se vinha fazendo notado "pela bravura e felicidade nos cometimentos", tem ensejo de reduzir a escombros o reduto de Mandiotuba ou Madiótuba, armado pouco antes pelo holandês Niklass Oudaen á margem direita do Amazonas, próximo á foz do rio Xingu.

A acção ali desenvolvida foi, graças á ajuda eficiente de Jerónimo de Albuquerque, Costa Favela e Baião de Abreu, rápida e decisiva.

Batido pelas forças contrárias, Oudaen procura refúgio nas terras dos Tucujus, onde ingleses se haviam entrincheirado sob o comando de Felipe Pursell e com eles se alia. Sem lhes dar, porém, treguas, Pedro Teixeira desembarca numa praia próxima e toma de assalto as posições

inimigas, depois de mortos em combate os dois chefes estrangeiros que as dirigiam.

Ainda dessa vez, os triunfos luso-brasileiros não seriam definitivos. Dois anos mais tarde, em 1627, (48) teriam eles que investir, aliás com felicidade, contra o posto fortificado de Tonerego, Torrego, Tanerege ou Taneré ou ainda Taeré, (49) segundo as desencontradas grafias com que aparece registado o seu nome em papéis da época.

Erigido por Bernardo O'Brein, irlandês a serviço da Holanda, junto ao Maracapuci, e assediado pelos soldados de Pedro Teixeira e Costa Favela, vêem-se os seus defensores forçados a capitular, malgrado a interferência de flibusteiros ingleses que, cientificados do desenrolar dos fatos, haviam acorrido de vários pontos do território paraense para lhes prestar auxílio.

No lustro seguinte, a 1° de Março de 1631, Jácome Raimundo de Noronha, assistido, ainda desta vez por Pedro Teixeira, conquista e arraza o forte de Felipe, assentado pelo capitão britanico Roger North entre o Matapi e o Anduirapucu ou Anauerapucu, duas léguas distantes da atual cidade de Macapá.

Finalmente, a 9 de julho de 1632, Feliciano Coelho de Carvalho, tendo sob suas ordens Pedro Baião de Abreu e Pedro Teixeira, rende e desmantela o posto fortificado de Cumaru, Cumaú ou Camaú, erigido também pelos ingleses, pouco acima de Macapá.

O Capitão Roger Fey, comandante do reduto, ausente no momento em que eram assaltadas as posições britanicas, seria, dias depois (14 de julho de 1632), vencido e aprisionado a bordo de seu próprio navio por Aires de Chichorro da Gama.

Diante das sucessivas derrotas que vinham experimentando, desanimam os ingleses, abrindo mão de seus interesses no Grande Vale.

Mais pertinazes, os dirigentes da Companhia Flamenga das Índias Ocidentais insistem ainda despachando, em 1639, um patacho armado que invadiu afoitamente águas interiores da extensa planície, indo até Gurupá, onde foi, sem demora, abordado e vencido pelas forças do Capitão João Pereira Cáceras, comandante do forte ali existente.

Isso não impediu, porém, que eles continuassem a comerciar com os

---

(48) Ou 1629, conforme pensam Arthur Reis e Gustavo Barroso, ou 1625, como assinala Joaquim Caetano da Silva em "L'Oyapoc e L'Amazone".

(49) Afirma o escritor Gustavo Barroso, em seu artigo "A criação da Amazônia", que Tanere ou Taere é outro forte que os britânicos possuiam na margem esquerda do Amazonas e que também baqueou diante da investida de Pedro Teixeira em 1629.

indígenas e chegassem, mesmo, a mandar construir um novo forte nas margens do Araguarí (50).

Enquanto aceso e cruento prossegue o combate para a defesa da terra contra a intrusão insidiosa de estrangeiros ousados, avoluma-se cada vez mais a onda de colonos que acorrem da metrópole e das ilhas portuguêsas do Atlantico para povoar os chãos virgens do grande Estado nortista.

Os anos de 1618, 1620, 1621 e 1624 marcam, segundo Barredo, as entradas dos maiores contingentes de homens, particularmente de açorianos, que logo se espalham pelos escassos núcleos demográficos abrolhados ao longo do mar.

O elemento peninsular que emigrava para o Norte em nada deferia do que seguia para a costa Oriental da vasta colónia Sul Americana. Pertencia ele, de ordinário, á plebe urbana sem ofício, numerosíssima no Reino, ou á pequena nobreza, também parasitária. Igualmente vinham alguns artífices e provincianos de melhor sangue, mas ignorantes, fanáticos e cruéis. Os insulares eram agricultores na sua maior parte, mas eivados de idênticas falhas morais e mentais.

Era, pois, a mesma massa humana irrequieta, aventurosa e de poucos escrúpulos, que saía do Reino tocada pela sede de pecúnia ou pelo desejo de fugir aos rigores da lei. Gente que carreava, como é natural, mais vícios que virtudes, mas que trazia em si a esplendida coragem, o valor e o espírito de lealdade á pátria, qualidades que sempre constituiram os melhores galhardãos do povo português.

Tais emigrantes, á semelhança daqueles que João Ribeiro descreve como indo povoar a faixa litoranea sul e leste do Brasil, são, no extremo norte, igualmente "turbulentos e deshumanos; em breve odeiam o trabalho que relaxam e passam ao índio ou ao negro; adotam a violência ou dela são vencidos e dos costumes dos naturais, que pervertem até físicamente trazendo o contágio das epidemias."

Tangidos da Europa pela cobiça, pela fome ou pelo medo, ali chegavam sem quaisquer laivos de boa vontade ou de simpatia para com os filhos da terra, aos quais votavam, de ordinário, absoluto desprezo.

A paz não foi, por isso mesmo, duradoura entre os forasteiros e os aborígenas locais.

Como nas outras partes do Brasil e por idênticos motivos, surgiram, assim, na Amazónia e no Maranhão, desde os seus primeiros dias, desavenças ocasionais entre os indígenas aliados e os reinóis, desavenças que muitas vezes degeneraram em conflitos sangrentos e duradouros. Feriram-

(50) Em breve, tornar-se-iam concretas as ameaças francesas à Região do Cabo Norte. Malgrado tantos sacrifícios, as vitórias dos lusos-brasileiros contra os propósitos imperialistas de seus concorrentes europeus permaneciam, pois, indecisas.

se também numerosas lutas armadas entre os colonos e as cabildas que viviam nas circunvizinhanças de Belém e S. Luís, simplesmente porque estas nem sempre se mostravam interessadas em aceitar as amizades oferecidas pelos recém-vindos.

Batidos quase invariàvelmente nesses encontros ruidosos e cruentos, os ameríndios eram, de ordinário, chacinados ou escravizados. Raros logravam garantir a liberdade pela fuga desabalada rumo a sertões distantes.

Os mais maltratados nos primórdios da conquista foram sempre os Tupinambás, pois os nossos colonizadores nunca puderam esquecer nem lhes perdoar as antigas e recentes ligações que mantinham com os outros europeus.

Para reprimir revoltas, muitas vezes imaginárias, deste ou daquele grupo tupinambá ou, ainda, para castigar seus maiorais pela lealdade com que continuavam a servir os nórdicos, voltavam-se os portugueses contra a nação inteira a que pertenciam os culpados e, contra ela, organizavam aparatosas expedições punitivas. Comandavam-nas sempre oficiais de grande experiência e bravura, mas ambiciosos e desumanos. Tais chefes, de ordinário também directamente comprometidos no negócio da escravização dos vermelhos e, por isso mesmo, sem empenho algum em distinguir culpados e inocentes, aproveitavam o ensejo que se lhes deparava para dar a maior envergadura possível ás missões recebidas e, assim, poderem cativar ou destruir a quantos indígenas lhes caíssem nas mãos.

Os mais remotos encontros luso-indígenas de certa importancia que ocorreram na Amazónia, feriram-se, pois, na orla praieira onde viviam, como vimos, tribos declaradamente infensas aos conquistadores ibéricos. Já em 1616, no próprio ano da fundação de Belém, aí desenvolve Pedro Teixeira sua campanha de extermínio contra os Tupinambás. Após ter, graças á superioridade de suas armas e á assistência dos gentíos aliados, alcançado sobre eles vitória fácil na baía das Bocas, Teixeira persegue-os em seus improvisados refúgios, matando-lhes os melhores guerreiros e obrigando os remanescentes da tribo vencida a buscarem abrigo nas florestas distantes ou á sombra das bandeiras anglo-flamengas.

A fereza dos conquistadores não podia deixar de produzir rescentimentos profundos nas gentes litoraneas, já afeitas ao trato mais ameno dos traficantes ingleses e holandeses, e criar neles ansias de revide.

Assim, aproveitando, no correr de 1618, a cizania que então refervia no seio da pequena colónia luso-brasileira, contra ela levantam-se em armas os nativos, encabeçados pelo principal Guaimiaba, conhecido também por Cabelo de Velha. Tal amplitude teve esse movimento armado, e com tanta perícia e bravura foi ele conduzido pelas forças rebeldes, que estas chegaram, nos dias iniciais de 1619, a ameaçar de assídio a vila de Belém, ocasionando, entre os seus moradores, tumultos e sobressaltos.

Tendo, porém, o maioral morrido trágicamente pelas mãos de Gaspar

Cardoso, um militar de obscura origem, arrefeceram de pronto os entusiasmos guerreiros dos atacantes, o que trouxe o triunfo final das armas contrárias.

O sangrento protesto de Guaimiaba abriu, como era natural, ensejo a novas e mais brutais represálias por parte dos colonos brancos.

Os selvagens, que segundo a palavra oficial "não cediam nas suas correrias sobre estabelecimentos portugueses", foram, mais uma vez, cruelmente castigados pelos vencedores, que neles fizeram chacinas ferrozes.

Nem mesmo os perigos sempre iminentes de ataques vindos do mar logravam desviar os colonos do intuito diabólico de exterminar o autóctone.

Nesse propósito e a pretexto de previnir agressões intempestivas dos tupinambás, resolve Jerónimo Fragoso de Albuquerque, 3° Capitão mór do Pará, seguir em 4 de junho de 1619 para Guanapú e o Carepe a atacá-los, pois, segundo corria, ali se tinham eles novamente concentrado em atitude hostil.

Levado por idênticos desígnios, penetra o Amazonas, em 1621, uma bandeira de guerra, sob o comando de Pedro Teixeira, que amplia e consolida, com novas vitórias, os triunfos já alcançados pelos portugueses.

Seis anos mais tarde, novamente invade os domínios tradicionais daquelas gentes o pernambucano Pedro da Costa Favela, que se dirige ao rio dos Pacajás, afluente do Tocantins, á frente de numerosa tropa de milicianos e índios flecheiros. Com tanta energia se houve o chefe da expedição, e de tal monta foram os morticínios praticados por seus comandados "no restabelecimento da ordem", que os moradores da bacia dos citados cursos dágua nunca mais se sentiram tentados a renovar suas hostilidades contra os brancos intrusos.

Na guerra aos infelizes íncolas, notabilizou-se, por excessos poucas vezes ultrapassados depois no extremo norte, o Capitão Bento Maciel Parente, sertanista ousado e já nosso conhecido, cujo ocaso de vida, cheio de humilhações e sofrimentos, seria o justo castigo dos múltiplos crimes praticados contra os direitos naturais dos brasilienses.

Com o mesmo encarniçamento e a mesma determinação de que vimos dar mostras no combate aos contrabandistas estrangeiros, e lhes esquadrinhar os refúgios mais secretos, ele acossava os indígenas paráenses, comprometidos ou não em dar auxílio ao inimigo, renovando, em maior escala no grande palco amazónico, as torvas façanhas guerreiras já antes exercitadas em Cumã e Tapuitapera contra os silvícolas maranhenses.

Por esse tempo principiam a avultar em todo o extremo Norte as atividades das tropas de resgate. A elas dera início Pedro Teixeira, no correr de 1626, quando embarcou com um religioso carmelita, 26 soldados e numeroso grupo de nativos mansos para a aldeia dos Tapuiussus, a fim de remir, a troca de presentes, os cativos que tais índios porventura destinassem a seus festins antropófagos.

No grande palco amazónico aparecem, outrossim, as primeiras flotilhas dos buscadores das chamadas drogas do sertão. Eram aventureiros que, desencantados do sonho de riquezas auríferas, corajosamente mergulhavam na selva á cata das especiarias indígenas, as quais, encontradas em abundancia na grande bacia, desde logo haviam prendido a atenção dos colonos e despertado neles interesses mercantís.

Tendo a missão oficial de desbravar a terra virgem e conquistá-la, numerosas embarcações armadas saem igualmente de Belém e velejam as águas barrentas do rio Pará, seguindo depois por entre os arquipélagos que pontilham o baixo curso do Amazonas. Algumas metem-se também pelos afluentes de uma e outra banda de portentosa corrente e, terra a dentro, por eles singram dezenas de léguas.

Começadas por Luís Aranha de Vasconcelos, as destemerosas expedições de reconhecimento prosseguiram, mais tarde, pelo litoral do cabo Norte, lutando incansávelmente, não só para reconhecer a região, como para dali expulsar os traficantes holandeses e escosseses. Visavam, outrossim, impedir que abrissem irremovível solução de continuidade no território brasileiro.

Guerras aos intrusos, sangrentas campanhas contra indígenas e bandeiras de preia e de resgate se, de um lado, destruiam milhares de vidas humanas, iam, de outro, insensivelmente, alargando os horizontes geográficos da nova colónia e desvendando a seus moradores novos segredos e novas riquezas que dormitavam esquecidos naqueles ermos equatoriais.

Pelas alturas de 1636, já iam muito dilatados rio acima os domínios portugueses. António Vicente Cochado, piloto mór de Pernambuco, que guiara, desde S. Luís, a expedição de Castelo Branco, havia (di-lo Lúcio de Azevedo) subido mais de quatrocentas léguas a portentosa corrente, com o fim de estudá-la.

Segundo o mesmo autor, foi aquele que, por uma vez, destruiu um engano fatal aos navegantes: o mundo geográfico soube, afinal, que o Grão-Pará e o rio por onde Orelana descera faziam um só.

Dedicando todos os seus lazares á tarefa de ampliar os conhecimentos geográficos, Cochado marginara o delta e achou que 130 léguas para terra dentro a corrente se divide em dois braços (51).

Não se pode deixar de admirar a audácia de Cochado, avançando tanto pelo coração da terra, para explorar o rio Amazonas com o intúito

---

(51) "Por indicações suas, o cosmógrafo Pedro Teixeira debuxou em Portugal um mapa, com exacção e clareza pela primeira vez se inscreveram estas costas. Infelizmente parece ter-se perdido este precioso documento geográfico" — diz-nos Lúcio Azevedo.

Arthur Reis, sempre o melhor informado em assuntos referentes à história

meramente especulativo de aumentar as notícias sobre a geografia da região. Por isso, seu nome deve ser lembrado com respeito.

Todavia outra façanha de muito maior vulto e importancia depressa iria eclipsar o feito de Cochado, relegando-o a plano histórico secundário.

Foi a memorável jornada de Pedro Teixeira ao Equador.

XI) A JORNADA DE PEDRO TEIXEIRA AO EQUADOR

Ao raiar a terceira década do século XVII, o chamado rio das Amazonas de há muito deixara de ser uma incógnita angustiante para as irriquietas gentes que povoavam a Ibéria.

Explorado, na região do estuário, por pilotos de todas as nacionalidades, inclusive portugueses que, partidos da foz do Pará, em incursões ousadas, haviam, como se disse, sulcado por mais de 400 léguas as suas águas caudalosas e traiçoeiras, tinham-no devassado de "cima para baixo", em sua maior extensão, aventureiros espanhóis, vindos do Perú.

Norteado pela cobiça e impelido pela crença inabalável num "El Dorado" que deveria existir oculto algures, no seio da floresta impérvia e cheia de mistérios, seguiram o fluxo da portentosa artéria líquida o cúpido Orellana e os soldados de fortuna que o acompanhavam por ordem de Pizarro.

Por ela rotearam também, alimentando os mesmos desejos de enriquecimento, Lopo de Aguirre e seus maranones, em 1560. Havendo assassinado Pedro Ursúa e vários outros companheiros de travessia (1559-1561), durante a desabalada fuga que vinham empreendendo das encostas andinas até as praias oceanicas do Atlantico, esses rudes aventureiros teriam, segundo duvidosa versão, igualmente transposto, pelo rio Negro e Cassi-

---

da Amazónia, diz que Vicente Cochado participou da expedição guerreira de Luís Aranha de Vasconcelos, a quem se incumbira também de proceder à identificação do curso do rio. Acompanhava-o na aventura para compor os roteiros necessários ao bom conhecimento do Amazonas. Em obediência ao encargo, Antônio Vicente Cochado riscou a "Descrição dos rios Pará, Gurapá e Amazonas, descobertos e sondados por mando de Sua Magestade."

E acrescenta: o original do Mapa de Cochado pertenceu a Pedro II, segundo informa Manuel Barata, no seu estudo sobre a "Jornada de Castelo Branco", pag. 27. Essa peça tão preciosa guarda-se agora na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Um Atlas de João Teixeira, datado de 1640, a "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente "O Brasil" (original), consta da seção cartográfica da B.A.P. do Estado do Pará, por oferta de João Lúcio de Azevedo. Nesse Atlas vem reproduzido a carta de Cochado. Apud Artur Reis, "Limites e Demarcações na Amazónia Brasileira", Rio, 1947.

quiare, o divisor de águas entre o Amazonas e o Orenoco, atingindo vitoriosamente o litoral do Mar das Antilhas.

Renovando, sem incidentes de igual vulto, mas com o mesmo entusiasmo, a viagem realizada por Francisco Orellana, aportavam, em fevereiro de 1637, a Gurupá e, logo depois, a Belém, dois leigos franciscanos e seis soldados espanhóis, descidos da nascente.

Os religiosos eram Frei Domingos de Brieva e Frei André de Toledo que, mal refeitos ainda dos terrores, canseiras e privações sofridas durante a travessia, pormenorizaram, em impressionante relato para quem os quiresse ouvir, as peripécias da temerária aventura que acabavam de viver, varando a selva densa.

Por essa época, nos altiplanos andinos e para os lados do Pacífico, a dominação espanhola, após ter-se espraiado descompassadamente, entrava, pode dizer-se, em sua fase de consolidação definitiva.

Para as bandas do nascente, porém, a conquista continuava avançando malgrado todos os tropeços. A sede de ouro que, por mais de um século, arrojara ás selvas do Continente Sul-Americano a flor dos aventureiros espanhóis, deixara, é certo, de ser a princiapl força dessa expansão avassaladora, aplacada em parte pelas contínuas desilusões.

Actuavam agora, em primeiro plano e como fator máximo do alargamento da influência de Castela entre selvagens da bacia amazónica, os religiosos catequistas que, numa competição ousada e benemérita, furavam a selva buscando neófitos ou nela erigindo, dia a dia, novas reduções.

Evangelizadores particularmente activos e zelosos mostravam-se, nessa quadra histórica, os padres da Província de S. Francisco Solano. Instalados em Quito, trabalhavam com um ardor sempre novo por estabelecer a dominação cristã entre os Encabelados, índios que senhoreavam as terras do Aguárico até o Napo.

Pertencendo á vaga família tapuia, esses silvícolas eram particularmente ferozes e vingativos, mas também de pouco animo, pobres e preguiçosos.

Apesar de comedores de carne humana, eles haviam entrado em relações continuadas com os brancos, sem as naturais repugnancias demonstradas pelos de sua raça, recebendo, com aparentes sinais de agrado, os missionários que lhes vinham trazer a palavra de Deus.

Animados, sem dúvida, pelo exito dos primeiros momentos, pensaram os religiosos em ampliar seus trabalhos evangélicos, auxiliados pelo govêrno espanhol, também interessado em estabelecer, na sede da missão, uma vila que servisse de ponto de apoio a u'a maior expansão espanhola sobre as terras circunjacentes.

Todavia o clima de cordialidade reinante entre os nativos e alienígenas era, em verdade, mais aparente do que real.

"Á chegada de um contigente de trinta soldados que, a pretexto de

apoiar os missionários, vinham, na realidade, estabelecer ali a dominação espanhola e fundar uma cidade, a de S. Diogo de los Encabelados", anuviou-se o ambiente por completo.

Desavenças, cedo surgidas entre os militares e os indígenas, reacenderam, nestes, velhos ódios latentes que, exarcebados com o tempo, culminaram num levante armado de toda a tribo.

Ficaram, nessa ocasião, feridos alguns homens do destacamento, sendo o seu comandante, o capitão Juan Palácio, morto em recontro fortuito.

Era mais um choque inevitável entre duas civilizações muito distantes e, portanto, mutuamente incompreensíveis.

Intimidados e compelidos pelo medo, soldados e missionários retraíram-se, após acções pouco heróicas que tiveram por desfecho o abandono do corpo do infortunado comandante em mãos dos nativos, refugiando-se numa ilha próxima, onde pretendiam melhor organizar a resistência contra novas investidas dos índios e esperar socorros.

Nem todos, porém, aceitaram de bom grado permanecer na atitude passiva de defesa que lhes impunham as circunstancias do momento.

Alguns mais audazes, ou apenas menos disciplinados, largaram ás escondidas os companheiros para se lançarem a novas aventuras pelo Amazonas abaixo, em busca do "El Dorado", cuja fama então lhes empolgava a mente.

"A idéia de sair a procurar Manoa, cidade do ouro e das pedrarias raras, partira (diz-nos Pedro Calmon) de um português do Pará. Chamava-se Francisco Fernandes; um obscuro precursor de Pedro Teixeira que subira o Amazonas até as fraldas dos Andes. Simples aventureiro como tantos outros, cujo nome mal se conservou numa dobra de crônica fradesca, porém, que realizou, na sua silenciosa façanha, uma epopéia nacional.

Mas não interessava á província franciscana de Quito, do Amazonas até Belém do Pará. Frei Laureano, superior dos missionários, opôs-se firmemente. Mas não contara com a firme resolução dos soldados, de "ver o Dorado".

E assim, numa pequena canoa, Francisco Fernandes, cinco soldados espanhóis, aqueles franciscanos e dois índios deixaram os companheiros consternados, a 17 de outubro de 1636, véspera do Evangelista S. Lucas. Conduziam por matalotagem um punhado de milho." (52)

Principiara desse modo a viagem que, por entre inauditos perigos, iria terminar ao cabo de quatro meses, em 5 de Fevereiro de 1637, junto ás barrancas onde assentava o fortim do Gurupá.

---

(52) Pedro Calmon, "De Quito ao Pará. O maravilhoso descobrimento do Amazonas". Instituto Panamericano de História e Geografia. Rio, 1935. Tomo II, pag. 103. Apud Artur C. Ferreira Reis.

Encaminhados a S. Luís, foram os frades alí ouvidos com assombro e admiração pelo próprio provedor-mor da Fazenda, Jácome Raimundo de Noronha, então no governo interino do Estado do Maranhão e Grão Pará, cargo de que se apossara pela força. (53)

Inteirado da sensacional ocorrência, o intruso vislumbrou, sem dúvida, a ocasião azada para reabilitar-se, aos olhos do governo metropolitano, do crime de usurpação que praticara, crime, aliás, muito comum por essa época em terras maranhenses.

Realizaria a tarefa altamente meritória de dar cumprimento ás ordens régias anteriores, para que fosse levada avante a exploração e conquista do grande rio Amazonas. (54)

As opiniões encontravam-se, porém, bastante extremadas, tanto em S. Luís como em Belém. A despeito das muitas simpatias que ainda havia em torno de sua pessoa, Jácome Raimundo era alvo de críticas, recriminações e ataques dos que entendiam ser ilegal a sua posição á frente do Estado.

Político sobremaneira clarividente, para sentir toda a importancia daquele empreendimento, não hesitou, todavia, em assumir, depois de amadurecida reflexão, as responsabilidades de realizá-lo.

Solicitados a nela cooperarem, os irmãos leigos imediatamente aquies-

---

(53) Semelhante acto de violência lhe valeria, não obstante ter logrado ver-se confirmado no posto pelas comarcas de S. Luís e de Belém, o ser, mais tarde, em princípio de 1638, processado como usurpador e remetido preso para Lisboa.

(54) Com tais ordens, o govêrno espanhol teria, talvez, em vista delimitar as zonas de influência, dentro das quais deveria realizar-se, no futuro, a expansão colonizadora dos dois povos peninsulares, geminados agora sob o mesmo cetro.

Por essa medida clamaria, mais tarde, o próprio Alonso Perez de Salazar, amedrontado com as incursões de bandeirantes paulistas em terras do vice-reinado do Peru.

A tradição histórica, segundo a qual Jacome Raimundo de Noronha mandou proceder ao descobrimento do Amazonas em obediência às reiteradas ordens do rei da Espanha, feitas aos antecessores daquele, tem sido, como bem acentua o desembargador Júlio Cesar de Faria, unânime entre historiadores brasileiros e mesmo portugueses dos nossos dias.

Isso porque a tais ordens alude, explicitamente, o Padre Acuna, na informação que prestou ao real Conselho das Índias, quando diz: "E Vossa Majestade, desde o início de seu Reinado... ocupou seu desvelo em conseguir isso mesmo. (Vitória alcançada por Pedro Teixeira), cometendo a execução deste descobrimento a várias pessoas, como consta de suas reais cédulas, despachadas nesta conformidade..."

Entre as mencionadas ordens figuram, com efeito, uma, despachada em Agosto de 1626 a Bento Maciel Parente, para "que, pelas províncias do Maranhão e Grão Pará que ficam na boca deste Rio, começasse o seu descobrimento", e outra,

ceram em repetir a grandiosa façanha de varar tôda a América, já agora marinhando até Quito o curso do grande caudal.

Diz Berredo, em seus pomposos "Anais Históricos do Maranhão," que "informado bem o governador de sua jornada, seguraram todos que saberiam repetir os perigos dela até dentro de Quito, se achassem companheiros do mesmo animo."

Esses leigos eram, pois, bem homens de seu tempo: rijos, dispostos, incansáveis...

Ao governador não se antolhavam, além disso, dificuldades apreciáveis na eleição dos militares a quem pudessem ser cometidos os encargos da expedição de reconhecimento.

Naqueles instantes iniciais de nossa evolução histórica, toda uma plêiade de homens, aureolados pela fama de bravura incontestável, refulgia

---

em 1634, a Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão e Pará, com ordem expressa de, com toda a brevidade, e se fosse preciso, ele próprio, desse início por aquelas partes ao que tanto se desejava...

Em época anterior à primeira das ordens mencionadas ou, mais precisamente, dez anos antes da ordem endereçada a Bento Maciel Parente, recebera Luís Aranha de Vasconcelos idênticas instruções a respeito do reconhecimento do rio Amazonas.

Alguns de nossos escritores vão, é certo, bem mais longe, sustentando mesmo que as ordens para explorar o Amazonas foram transmitidas diretamente ao próprio Jácome Raimundo de Noronha pelo soberano espanhol. Assim o afirma, entre outros, Gustavo Barroso, que chega mesmo ao exagero de pretender que Pedro Teixeira seguiu "provido pelo Rei de Espanha de patente de capitão-mor das entradas e descobrimentos de Quito e do rio das Amazonas e do Regimento que lhe preceituava procurar a melhor comunicação fluvial com aquele Reino dos Andes, traçar o limite mais conveniente entre as possessões das coroas de Castela e de Portugal e fundar uma povoação na linha divisória entre as mesmas..."

Os historiadores antigos são, de ordinário, mais reservados.

A esse propósito escreveu Southey: "Cônscio da usurpada autoridade, anelava Raimundo cobrir com o brilho de algum relevante serviço o feio crime e nada lhe pareceu mais próprio do que explorar a navegação interna entre o Brasil e o Peru e tal aliança cimentar com os naturais".

No mesmo sentido depõem ainda Berredo e Varnhagen, este último profundo conhecedor das coisas do Estado do Maranhão por tê-lo dirigido como Governador e Capitão-General.

Diz o primeiro: — "Merecia bem Jácome Raimundo o lugar que ocupava; mas como tinha entrado nele com mais escândalo do que glória, desejava de seu espírito nas acções mais heróicas **ao serviço de Deus. do Príncipe e utilidade pública** por ventura presa ao precioso cerro ao Potosi **cujos terrenos conviria resguardar da ambiciosa navegação dos holandeses."**

no cenário da vida pública maranhense e, nesse conjunto de soldados valorosos e enérgicos, brilhava sobranceiro o nome de Pedro Teixeira.

Era, sem favor, de todas a mais completa organização de sertanistas da Amazónia, proclama-o Artur Reis. (55)

Natureza sem dúvida impetuosa e robusta, mas disciplinada, homem de admirável capacidade de trabalho e realização, ninguém certamente mais recomendado para garantir o sucesso da empresa planejada pelo governador do Estado. Foi, portanto, o escolhido.

Dando conta ao rei da resolução que tomara relativamente á exploração do Amazonas, justificou Jácome Noronha seu modo de proceder remetendo-lhe, não só o auto que fizera lavrar com as declarações dos dois missionários, mas determinando a ida, á presença de seu augusto amo,

---

(55) Filho de Portugal, nascera, segundo apurou Lúcio d'Azevedo, em Catanhede, no vale do Douro, cedo passando ao Brasil como soldado de fortuna.

Com Jerónimo de Albuquerque batera-se vitoriosamente em Guaxenduba contra os franceses do Maranhão; embarcando depois na armada conquistadora de Caldeira Castelo Branco, tomara parte activa na fundação do fortim do Presepe e na defesa do Grão Pará.

Tempos depois, indo por terra a S. Luís, em busca de socorros, defrontou-se com tribos inimigas, contra as quais teve de lutar denodadamente, logrando sujeitá-las ao jugo português e chegar em salvamento com todos os seus ao ponto de destino.

Nesse contacto, porventura o primeiro que teve com a selva equatorial, dera as mostras mais eloquentes de seus notáveis pendores de mateiro, que o tempo se encarregaria de apurar e robustecer.

"Achava-se então Pedro Teixeira (diz-nos, ainda, Lúcio de Azevedo) nessa quadra da existência que, para os homens de robustez física e moral, é a mais bela e fecunda. À prudência da idade madura juntava a indómita coragem dos anos juvenis, com o vigor próprio da razão, em que o organismo humano atinge o máximo de desenvolvimento. Estes dotes lhe permitiram levar a cabo, sem embaraço, uma empresa difícil, em que outros, menos fortes ou ditosos, tinham antes sucumbido."

As credenciais de grande sertanista, ele as haveria de conquistar, não só perseguindo os silvícolas através da floresta impérvia, como explorando o sertão inculto em busca de drogas e especiarias ou realizando as operações de descimento.

De sua capacidade militar falariam as vitórias alcançadas na guerra de libertação da capitania contra o jugo de ingleses, escoceses e holandeses, em que tomara parte, entre 1616 e 1637.

Distinguira-se, também, no setor da administração pública, nela se revelando tão generoso e prudente quanto enérgico e pertinaz.

O atrito havido entre ele e o valente e prestigioso Bento Maciel Parente documenta e alicerça, de maneira a mais completa, semelhante afirmativa.

do próprio Frei André de Toledo. Tinha este a incumbência de prestar ao monarca os esclarecimentos complementares que se fizessem necessários e lhe fossem solicitados.

Seriam os auxiliares imediatos de Pedro Teixeira nesse tentamem — o Capitão António de Almeida de Azambuja, Mestre de campo; Filipe Contrin, Sargento-mor; Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, Capitães de infantaria. Todos experientes lutadores, afeitos á rudeza do meio, e de trato enérgico e animo decidido.

Recebido o Regimento, que lhe dava poderes de General do Estado e patente de Capitão-mór, pôs-se Pedro Teixeira em campo, seguindo com esse magnífico material humano para Belém, onde chegou no dia 25 de julho de 1637.

No vale ecoavam ainda os rumores dos ultimos combates contra holandeses intrusos. A animosidade contra a resolução do governador, por parte da população maranhense, culminou, em todo o Grão-Pará, com a chegada dos expedicionários, provocando novos escandalos e objecções inquientantes.

Contra ela murmuravam, ás escancaras, os mais obstinados, alegando o estado de pobreza e de insegurança da Capitania, aberta a novas investidas dos estrangeiros solertes que faziam guerra aos direitos de Portugal.

Premida pelo povo, a Camara representou não só ao governador, insinuando ser inconveniente a realização de uma empresa que todos julgavam aleatoria, como também ao Capitão-mor do Pará, Aires de Sousa Chichorro, pedindo a paralização imediata das providências por ventura já em andamento, visando a aparelhá-la.

O momento não admitia, porém, interferências emocionais.

O governador Jácome Raimundo de Noronha manteve-se firme em seus propósitos e verberou, com a habitual energia, o proceder dos camaristas, intimando-os a que não pusessem entraves ao cumprimento de suas resoluções.

A camara, sabendo muito bem com quem se havia, cedeu prontamente. Uma campanha de persuação, realizada em tempo e com habilidade pelos interessados, venceu as últimas resistências do povo.

Algumas centenas de nativos domésticos foram descidos, desde logo, de seus aldeamentos no Tocantins, para tomar parte no ousado empreendimento que, de certo modo, daria ao mapa político da América Meridional grande parte do aspecto que hoje lhe conhecemos.

Entretanto, prevendo a morosidade dos processos postos em prática pelo governo local, Pedro Teixeira lançava mão de seus próprios cabedais para atender aos aprestos mais urgentes da expedição.

Mesmo assim, escoaram três meses na aflita expectativa dos longos e demorados preparativos de viagem. O Capitão António de Almeida, que alegara motivos pessoais de relevancia para não participar da conduta, foi

substituído por Bento Rodrigues de Oliveira, que passou a ser o mestre de Campo, no posto de Coronel.

Malgrado conhecermos o seu nome apenas através de uma citação de Acuna, sobradas e transcendentes razões deviam ter influído na escolha desse oficial para imediato de Pedro Teixeira.

Nascido no Brasil, onde sempre vivera, tinha, como o provaram os acontecimentos posteriores, largo tirocínio da vida sertaneja e era um grande conhecedor das línguas e costumes dos nossos aborígines.

De Belém transportaram-se os expedicionários para Cametá, onde foram ultimados os preparativos da jornada; seguiram para Gurupá e daí largaram, finalmente, no dia 17 de outubro de 1637.

Somavam ao todo duas mil almas, despejadas em 47 canoas, quase todas de sólida feitura e avantajadas dimensões.

Desse troço de homens decididos participavam, além de mil e duzentos índios, remeiros e combatentes, cerca de sessenta soldados portugueses e o infalível peso morto de muitas centenas de mulheres e crianças nativas.

Além dos oficiais mencionados, incluíram-se, em Belém, um capitão, três subalternos e um ajudante. Iam também quatro dos seis soldados espanhóis, companheiros dos franciscanos, e mais dois sargentos, um almoxarife e um escrivão. O capelão da armada era o capuchinho Frei Agostinho das Chagas, do convento de Santo António, de Belém.

A princípio a subida correu bonançosa, em cenário de certo modo familiar a muitos dos compartícipes do grupo aventureiro. A toldar a placidez da viagem havia apenas os desassossegos resultantes dos naturais perigos de uma navegação feita em águas impetuosas e as inquietações que decorriam de pequenos atritos com as gentilidades ripícolas, já escarmentadas por anteriores contatos com os brancos de Belém.

Á medida, porém, que a jornada se dilatava naquela paisagem imutável, arrefeciam os ardores e os ímpetos dos dias da partida.

Enfermidades estranhas faziam numerosas vítimas entre os ameríndios expedicionários e a muitos prostrava para sempre. Curtiam todos a cansativa e triste existência dos pioneiros em marcha. O trabalho era árduo, as privações diuturnas e a meta parecia cada vez mais incerta e distante.

Passados quatro meses desde a largada inicial, fadigas, incertezas e privações acumuladas geraram o desalento, de que foram presa fácil os menos animosos. O nervosismo geral, como era de se esperar, amiudou as deserções, fazendo periclitar o sucesso final da empresa. Ante a sombria perspectiva de um fracasso, Pedro Teixeira reagiu com admirável vigor. Agindo, todavia, cautelosamente, a todos fez constar que estava próximo o término da jornada; e, para melhor coonestar a afirmativa, mandou que seguisse adiante, com a pressuposta missão de comunicar aos espanhóis a chegada da tropa, O Coronel Bento de Oliveira com uma frotilha de oito

canoas. Na vanguarda iam os mais recalcitrantes e com eles Frei Domingos de Brieva.

A medida logo surtiu os desejados efeitos: — as defecções cessaram como por encantamento e toda a tropa prosseguiu, desde então, confiante e como que revigorada por novas energias.

Igualmente, deve ter influído em Pedro Teixeira, quando resolveu criar aquela guarda avançada, a necessidade de ser feito um reconhecimento prévio do curso do rio e estabelecida com segurança a rota da expedição.

Os espanhóis, o irmão leigo e os outros fugitivos, mostraram-se, em verdade, guias bem medíocres. Enganavam-se a miude na determinação dos caminhos a serem trilhados, levando, assim, a armada a vaguear, enveredando, não raro, por sendas erradas. O fato é, aliás, perfeitamente explicável pela impossibilidade natural de eles se recordarem de todas as peculiaridades do longo itinerário, muitas das quais mal fixadas na memória durante os momentos da dramática e rápida descida que haviam empreendido até Belém.

As admiráveis qualidades de sertanista do Coronel Bento de Oliveira patentearam-se desde os primeiros instantes em que assumiu as novas funções de chefe da vanguarda expedicionária.

Cérebro trenado na compreensão do meio brasileiro, hábil no trato com os índios, falando-lhes a língua e, porisso, sendo considerado por eles como parente, propiciava-os para uma boa acolhida ao grosso da armada.

E, assim, "cada dia o general encontra no lugar, onde tinha de repousar, indicações precisas sobre os itinerários e os meios de ocorrer ás necessidades da expedição."

Do Amazonas passaram ao Napo e, em Agosto de 1638, a vanguarda navegava em águas já efetivamente dominadas pelos espanhóis. Cruzavam com seus barcos a foz do Aguárico, aquele mesmo rio em cujas margens, meses antes, encontrara a morte o Capitão Juan de Palácios, quando tentava amainar a fúria devastadora e assassina dos aborígines locais.

Dias depois, nesse lugar fundeavam Pedro Teixeira e seus acompanhantes.

No porto de ancoragem foi deixado um destacamento de soldados e índios, sob o comando de Pedro da Costa Favela e Boião de Abreu. Tinha por missão, ao que parece, manter os Encabelados em respeito e, certamente também, tomar contacto mais íntimo com a terra, em vista de se pretender fundar ali, futuramente, um povoado lusitano.

Continuando a jornada, alcançaram os viajantes, a 15 de Agosto, o lugar Paiamino, junto ao rio do mesmo nome, este também afluente do Napo. Mais um sobrehumano esforço era, porém, necessário fazer para atingir a meta anhelada. Realizou-o Pedro Teixeira, abandonando em Paiamino o caminho fluvial para prosseguir a pé através da selva, por trilhas mal definidas e difíceis. A marcha penosíssima, para quem já se

afizera ás plácidas jornadas em canoa, só devia melhorar ao ser atingida, cinquenta dias depois, a vila de Baeza.

Acolhidos e tratados com todas as considerações e deferências, por ordem do presidente da Audiência de Quito, o licenciado D. Alonso Perez Salazar, que já fora informado da chegada dos visitantes portugueses, aí permaneceram eles durante oito dias.

Refeitos e, já agora, acomodados em cavalos e mulas de sela, empreenderam a última etapa da caminhada. Em Quito, onde os precedera Bento de Oliveira e Frei Domingos de Brieva, foram recebidos solenemente pelas autoridades espanholas. Ao encontro dos recém-vindos sairam mesmo, em cavalgada pomposa, os habitantes mais grados da cidade.

O fidalgo acolhimento, por parte dos espanhóis, prolongou-se na própria capital, com festas religiosas e profanas em que Pedro Teixeira e os seus homens foram merecidamente honrados como heróis.

Enquanto corriam esses acontecimentos, expediam-se correios ao Vice-rei do Peru, D. Luís Jerónimo Fernandez de Cabera, conde de Chichon, com a notícia memorável do feito daqueles indómitos sertanistas.

Esclarece Lúcio de Azevedo que o piloto da armada, Bento da Costa, foi um dos emissários. Encarregara-se de levar até o Vice-rei "o roteiro da viagem, e a planta do rio, que agora mais uma vez perde o nome. Passa ele a chamar-se *S. Francisco de Quito*: porque a nova descoberta se deve á ordem seráfica, e porque da cidade correm as águas (tal era a idéia dos navegantes) directamente até o mar."

Mais vibraram, porém, de temor que de entusiasmo as autoridades de Quito e do Peru.

Passados os primeiros momentos, entraram eles, sem dúvida, a considerar que, aberta a grande via fluvial á navegação portuguesa, por ela bem poderiam vir do Atlantico, a fim de atacá-los, corsários holandeses e franceses que, em águas sul-americanas, corvejavam sempre prontos para qualquer golpe de mão que lhes parecesse proveitoso.

Mas não era apenas isso; o mesmo caminho poderia ser utilizado também pelos portugueses do Pará para subir até a região de Quito em busca de índios a apresar, alargando, assim, suas perigosas incursões escravistas.

Não tardou, por isso, a resposta. O Vice-rei felicitou por carta Pedro Teixeira pelo feito incomparável, ordenando, todavia, que bem providos de munições e mantimentos, ele e seus companheiros regressassem com urgência a Belém, onde os seus serviços poderiam ser necessários na defesa da terra.

Determinou, outrossim, que D. Afonso Perez designasse duas pessoas idóneas e cultas para acompanhar a expedição, com a incumbência de fiscalizá-la e registrar os incidentes e peripécias mais importantes da longa viagem de volta.

A seguir, os delegados do Vice-rei deviam passar á Europa, para levar ao monarca espanhol e ao Conselho das Índias notícias pormenorizadas das terras amazónicas e dos caminhos percorridos e dizer da possibilidade de ser o rio utilizado como via de ligação transcontinental.

Contra a expectativa geral e desagrado extremo dos franciscanos que, de antemão, se julgavam indicados para a importante missão, por terem antes navegado águas amazónicas, a escolha recaiu nos jesuítas.

Os membros da Real Audiência de Quito, ao que parece influenciados pelo corregedor D. Vasque da Cunha, designaram um irmão deste, Padre Cristovão de Acuna, Reitor do colégio de Cuencas, e seu companheiro André de Artieda, lente de teologia em Quito.

Pedro Teixeira, por motivos não bem esclarecidos, pediu e obteve que também o seguissem até a costa atlantica, colaborando assim, nos trabalhos da viagem de regresso, os religiosos das Mercês Fr. Pedro de la Rua Cirne, Fr. João das Mercês, Fr. Diogo da Conceição e o superior dos três, Fr. Afonso de Armejo ou Aruego. Êste, tendo falecido em viagem, (diz-nos M. Leitão) foi substituido na chefia por Fr. Pedro de La Rua de Santa Maria.

A 10 de Fevereiro de 1639, o chefe da expedição deixou a capital do Equador para empreender, de torna viagem, a longa travessia amazónica. No propósito de evitar rodeios, deixou Paiamino ao largo, dirigindo tôda a sua conduta directamente para Arquidonas, sobre o Napo. Desceu depois esse rio até o Aguárico, ao encontro de Pedro da Costa Favela e sua gente.

O lugar-tenente de Pedro Teixeira não se conservara inactivo durante a ausência do chefe, pois, ao contrário do que era esperado por todos, a presença de forças luso-brasileiras nas terras dos Encabelados não causara nenhuma impressão forte no animo desses indígenas, mantendo-os quietos e submissos.

Vaidosos da vitória alcançada, tempos antes, sobre os espanhóis, eles pretenderam repetir a façanha, expelindo pela força das armas a tropa portuguesa estacionada em seus domínios.

Favela reagiu, porém, vitóriosamente, passando pelas armas os rebeldes que pôde agarrar no decorrer da luta travada entre ambas as partes. Sua atuação enérgica e decidida sofreou os animos exaltados e garantiu, por algum tempo, a segurança e tranquilidade de todos.

Tendo alcançado os companheiros, Pedro Teixeira completou a obra disciplinadora de seu subordinado, entregando-se, depois, á faina de dar cumprimento ás determinações expressas pelo regimento que recebera do governador Jácome Raimundo de Noronha. (56)

---

(56) Ou pela suposta carta de prego entregue a Pedro Teixeira pelo go-

Para tal fim reuniu, em acto solene, todos os componentes da expedição e fundou, no dia 16 de Agosto de 1639, junto ás barrancas do rio Ouro, ou Aguárico, o efémero povoado de Franciscana. Tomava posse, desse modo, para a coroa de Portugal, de todas as terras da região, sem que ninguém lhe contradissesse o direito de fazê-lo.

Motivara a escolha daquele local, para ser nele assentado um marco possessório com as augustas armas lusitanas, tanto "a abundancia de ouro ali existente como o serem bons os seus ares e haver campos para todas as plantas e pastos para o gado."

Do sucedido se lavrou na ocasião o competente auto, que foi assinado pelos presentes mais qualificados. (57)

---

vernador do Estado do Maranhão, carta a que alude o presidente da Audiência de Quito, Peres Salazar, em sua informação de 13 de Maio de 1639, mas cuja existência é contestada, com argumentos sobejamente convicentes, pelo Des. Júlio Cesar de Faria — "Significado da Expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos", Jornal do Comércio, Rio, 5 de Julho de 1949.

(57) "Contestaram mais tarde os espanhóis que a fundação tivesse ocorrido. Teixeira fora, porém, hábil. Fizera lavrar uma acta do sucedido, registando-a depois no Senado da Camara de Belém; acta minuciosa, em que se declarava a fundação realizada em nome de Filipe IV, para a coroa de Portugal. Só não fez Teixeira constar da acta, mais, que a povoação assinalava, na bacia amazónica, o limite entre as coroas de Espanha e de Portugal, à época submetidos à mesma casa reinante. Teixeira era bom português. Seguramente, olhava o futuro. A independência se fazia e Portugal, naquele trecho da América, teria ali os seus extremos. A acta, para inteira legalidade, recebeu a assinatura de quantos assistiram ao acto, inclusive os religiosos espanhóis" (Atur Reis). Constante das obras de Berredo e J. F. Lisboa, ei-la reproduzida do artigo do Des. Júlio César de Faria: "Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo aos 16 dias do mês de agôsto de 1639 defronte das bocalnas do rio do Oro, estando aí Pedro Teixeira, capitão-mor por S. Majestade das entradas, e descobrimento de Quito, e do rio das Amazonas; e vindo já na volta do dito descobrimento, mandou vir perante si capitães, alferes e soldados das suas companhias, e presentes todos lhes comunicou e declarou que ele trazia ordem do governador do Estado do Maranhão, conforme o regimento que tinha o dito governador de sua Majestade para no dito descobrimento, escolher um sítio que melhor lhe parecesse para nele se fazer povoação; e porquanto aquêle em que de presente estavam lhe parecia conveniente, assim por razão do oro de que havia notícia, como por serem ares e campinas para tôdas as plantas, pastos de gados e criações, lhe pedia seus pareceres, porquanto tinha visto tudo o mais no descobrimento e rio; e logo por todos e cada um foi dito que em todo o decurso do dito descobrimento não havia sítio melhor e mais acomodado e suficiente para a dita povoação, que aquêle em que estavam, pelas razões ditas e declaradas; o

Preenchida a parte mais importante da missão que levara Pedro Teixeira ao Alto Amazonas, continuou ele a descida, estacionando, algum tempo depois, no baixo rio Negro. Aí alguns de seus companheiros — que não se conformavam em regressar ao lar de mãos vazias, depois de tão longa ausência — exploraram em vão as margens do rio no intuito de fazer escravos.

Quando a força de novo chegou a Belém, a 12 de Dezembro de 1639, envolveu-a uma onda de transbordante e enternecido entusiasmo patriótico, na qual não tomaram parte menos saliente aquelas mesmas pessoas que se tinham oposto á sua partida para Quito.

Incansável, Pedro Teixeira passou logo a seguir, com os jesuítas, a S. Luís, para dar conta de sua feliz jornada ao Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que era, já então, Bento Maciel Parente.

Escassas glórias colheria o nosso herói da memorável empresa, sem dúvida um dos grandes lances da história do Brasil.

Seu nome e os dos leigos franciscanos e o desse obscuro "Francisco Fernandes que teve a afortunada idéia de imitar o desertor de Pizarro", ficaram mesmo esquecidos durante os largos anos que sucederam ao feito.

Eclipsou-os a fama dos dois padres jesuítas, particularmente a do Pe. Acuna que, compendiando os factos mais notáveis de sua viagem de baixada e os que sua imaginação aprouve criar particularmente quanto á população regional, escreveu um livro, ao qual denominou *"Nuevo Descubrimento del gran rio de las Amazonas."*

Como prémio de ter integrado virtualmente no Brasil dos nossos dias milhares de léguas quadradas, coube a Pedro Teixeira apenas um título

---

que visto pelo dito capitão-mor, em nome d'el rei Felipe IV, nosso Senhor, tomou posse pela corôa de Portugal do dito sitio e mais terras, rios, navegação e comércio tomando terra nas mãos, e lançando-a ao ar dizendo em altas vozes: que tomava posse das ditas terras e sítios, em nome de el-Rei Felipe IV, nosso Senhor, pela coroa de Portugal, se havia quem a dita posse contradizesse, ou tivesse embargos que lhe pôr, que ali estava o escrivão da dita jornada e descobrimento, que lh'os receberia; porquanto ali vinham religiosos da companhia de Jesus por ordem da real audiência de Quito e porque é terra remota e povoada de muitos índios, não houve por êles nem por outrem quem lhe contradissesse a dita posse; pelo que eu escrivão tomei terras nas mãos, e a dei nas mãos do capitão-mor, e em nome de el-rei Felipe IV, nosso Senhor, o houve por investido e metido na dita posse pela coroa de Portugal do dito sítio, e mais terras, rios, navegações e comércio; ao qual sítio o dito capitão-mor pôs por nome a Franciscana, de que tudo eu escrivão fiz êste auto de posse, em que assina o dito capitão-mor. Testemunhas que presente foram o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, o Sargento-mor Felipe de Matos."

de nomeação para o cargo de Capitão-mor do Grão Pará.

Faleceu em Belém, no dia 4 de Julho de 1641, exausto por 26 anos de lutas travadas no cenário grandioso, mas hostil, da Amazónia.

XII) O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO PARÁ

Cerca de duas décadas antes da viagem de Pedro Teixeira, em meados de 1618, haviam chegado a Lisboa os capitães André Pereira e António Vicente Cochado, emissários incumbidos por Castelo Branco de levar ao Reino notícias detalhadas de tudo quanto ocorria na nova conquista.

Ciente de tais informações, mais se agravaram, ao que parece, os alarmes e sobressaltos que assoberbavam a mente do Vice-rei.

Preocupado (conforme fácilmente se depreende da leitura das cartas régias de 4 de Setembro e 31 de Outubro de 1616, endereçadas ao Governador Geral do Brasil) com a sorte dos precários núcleos militares que, plantados ao longo das praias oceanicas do Pará e Maranhão, deviam garantir a Coroa na posse efectiva daquelas capitanias, tacteava então o governo, á procura de uma providência capaz de pô-las definitivamente ao abrigo das arremetidas imperialistas de povos da Europa Ocidental.

Durante mais de cem anos haviam-se acumulado nos arquivos peninsulares um sem número de documentos de várias procedências, relativos ao norte e meio norte; aí jaziam os roteiros e relatórios oriundos de viagens, oficiais ou não, feitas por pilotos ibéricos em suas águas territoriais.

Através deles conheciam-se, assim, muitas peculiaridades próprias á geografia regional nortista e, naturalmente também, os problemas nauticos ligados ao regime das correntes aéreas e marinhas existentes naquêle trecho do mar.

Na Corte tinha-se, outrossim, perfeita ciência da enorme extensão de nossas costas e da importancia que o fator distancia exercia nas coisas do Brasil.

Sabiam os gestores dos negócios públicos que a administração da Colónia, em virtude da carência de meios ao seu alcance e dos obstáculos naturais antepostos á navegação veleira, destinada a articular Belém e S. Luís á cidade do Salvador, não podia atender, de modo satisfatório, á segurança e defesa de todo o extremo norte. E como aquela região, agora alvo preferido das ambições estrangeiras, não devesse ficar ao desamparo por mais tempo, pensou-se muito naturalmente em subtraí-la á jurisdição do governo do Brasil, unindo-a de maneira mais directa á própria metrópole portuguesa.

A idéia, aliás, não era nova. Já Alexandre de Moura, no relatório elaborado em Lisboa, a 24 de Outubro de 1616, propusera, como solução mais conveniente aos problemas económicos e administrativos do Norte, torná-lo independente do Brasil.

"Deste Reino (escrevia ele) pode V. Magde mandar ir provimento para o Maranhão e Amazonas, por custar tudo menos da ametade que no Brasil, e pelo tempo seja cada hu delles governo per si. quoando na for facil a comonicação por dentro dos Rios por sere muito distante hu do outro E (tão) longe do Brasil que mais facilmente si vai a Portugal do que vai a elle".

A resposta, que desde 1618 fora aceita em seus traços gerais pelo governo pois já naquele ano falam os papéis oficiais em separar o Maranhão do Brasil, (58) amadurou lentamente na Metrópole, só se tornando efetiva três anos mais tarde.

Deu-lhe realidade, com efeito, o Decreto Régio de 13 de Junho de 1621, que dividiu as terras transatlanticas de Portugal em dois estados independentes: o do Brasil e o do Maranhão e Grão Pará.

Assinado por Filipe, IV da Espanha e III de Portugal, referendou-o o regente Conde de Olivares.

O primeiro governador e capitão-general nomeado para dirigir o novo Estado Nortista foi o nobre espanhol D. Diogo de Carcome, ou Carcamo, que, por se sentir alquebrado e de idade já demasiado avançada, requereu e obteve dispensa do pesado e oneroso emprego.

O cargo de governador foi então conferido a D. Francisco de Mouram, administrador experimentado que acabava de deixar o governo das ilhas de Cabo Verde.

Este, para assumir suas novas funções, impôs exigências julgadas exorbitantes pela Corte, pelo que foi também exonerado. Passou o posto, finalmente, ás mãos de Francisco Coelho de Carvalho, por patente de 23 de Setembro de 1623.

Despachado a 25 de Março do ano seguinte, saiu ele do Tejo trazendo (diz-nos João Francisco Lisboa) em dois navios "um bom socorro", assim de soldados para a defesa das terras, como de numerosas famllias para povoá-las.

Acompanhavam-no Manuel de Sousa d'Eça, agora provido no cargo de Capitão-mor do Grão Pará, Jácome Raimundo de Noronha, o novo Provedor-mór da Fazenda Real, e o Pe. Frei Cristóvão, religioso capucho de S. Antônio e primeiro Custódio de sua ordem naquela conquista. (59)

---

(58) Efetivamente, a carta régia de 20 de junho de 1618 ao conselho de Fazenda, pondo em relevo as dificuldades naturais apresentadas pela navegação da costa leste-oeste ás comunicações do norte com o governo geral, refere a conveniência de separar-se do mesmo governo o Maranhão.

(59) Informa o Pe. Rafael Galanti que Frei Cristóvão, considerando que "a demora do governador em Pernambuco não podia ser breve, seguiu sem perda

Tendo recebido intruções para tocar em Pernambuco, Francisco Coelho ali se deteve algum tempo, a pedido de Matias de Albuquerque, que receiava um possível ataque de forças holandesas contra as terras de sua capitania.

Decretado o Estado Geral do Grão Pará e Maranhão em 1621, só começou realmente a existir cinco anos depois, a 3 de Setembro de 1626, (60) quando foi solenemente instalado. Nessa data prestou, com efeito, compromisso ante o Senado da Camara de S. Luís, o Governador e Capitão General Francisco Coelho de Carvalho que, segundo o Barão de Studart, ali chegara em Agosto de 1626.

A incipiente cidade de S. Luís, que fora designada sede da nova entidade administrativa e, como alí era o lugar de assistência permanente das autoridades encarregadas dos negócios públicos, tinha sua camara municipal desde 1619, ano em que aportara ao Maranhão a expedição de Jorge Bitancor. (61)

O Estado do Maranhão e Grão-Pará abrangia todas as conquistas que os luso-brasileiros haviam realizado no norte do Brasil durante os dois últimos decénios.

Com cerca de 380 léguas de costa aproximadamente, ou com 420, como declara Bento Maciel Parente na sua "Relação", ia do Ceará, onde começava, até ás margens do rio de Vicente Pinzon, hoje Oiapoque. Pelo interior, não tinha fronteiras bem definidas.

Nêle, pois, se achavam incluídas terras do Piauí, ainda inexploradas, e as capitanias do Ceará, Maranhão e Grão-Pará, que constituíam, até então, entidades independentes e com vida própria, mas cujas linhas terminais só mais tarde seriam fixadas definitivamente.

Conjectura Palma Muniz que, depois da viagem de Pedro Teixeira, a liderança da região erigida em Estado do Maranhão, por força da carta régia de 13 de Julho de 1621, se fazia do modo seguinte:

"Pela frente, a costa oceanica com todas as ilhas adjacentes, desde os baixios de S. Roque até o rio Vincente Pinzon (Oiapoque); pelo lado do sul, uma divisória a partir desses baixios e envolvendo as bacias do Jaguaribe e do Parnaíba e continuando para oeste pelo paralelo de 10

---

de tempo para o Amazonas a 12 de julho de 1624. Partiram com êle dizesseis missionários da mesma ordem, dois carmelitas e algumas famílias das que tinham vindo do reino, tudo a bordo de um barco de coberta. Deixando, a instâncias de Martim Soares Moreno, dois de seus religiosos no presídio do Ceará, continuou viagem, entrando na cidade de S. Luís, a 5 de agosto do mesmo ano."

(60) Ou a 23, conforme esclarece o emérito Cesar Marques nos seus "Apontamentos para o Dic. Hist. Geog. e Est. da Província do Maranhão."

(61) Com a chegada de Jorge de Lemos Bitancor e de sua gente ao Maranhão, assentaram o capitão-mór Diogo da Costa Machado e o provedor da Fa-

gráus sul, até os fins da conquista; pelo lado norte as divisas com as Índias de Castela, rio Oiapoque acima até o novo reino de Granada; e pelos lados de oeste os confins dos domínios de Castela, assinalados pelo auto de posse de Pedro Teixeira, levado em 16 de agosto de 1639."

Isso não passa, porém, de uma opinião meramente pessoal.

É sabido que, fundando Alexandre de Moura a Capitania do Maranhão, cujo governo entregou a Jerónimo de Albuquerque e, logo a seguir, incumbindo a Caldeira Castelo Branco da conquista e estabelecimento da Capitania da Grão Pará, não cogitou ele, de nenhum modo, nos termos dos atos oficiais que para tal expediu, de determinar as confinancias daquelas unidades administrativas.

Semelhante esquecimento ocorreu, em época mais recuada, igualmente no tocante ao Ceará em cujo governo fora provido Martim Soares, primeiro, por Diogo de Meneses em 1611, e, depois, pelo próprio rei em carta patente de 26 de Março de 1619.

O professor José Ribeiro do Amaral, diz-nos ainda P. Muniz, tratando da delimitação geral das 3 capitanias Grão-Pará, Maranhão e Ceará, assim as descrimina:

"Tinham seus limites, antigamente, princípio, segundo a autoridade de J. Bettendorf, entre o Ceará e Rio Grande do Norte, junto aos baixios de S. Roque em 4 gráus e 30 minutos de latitude austral e 342 gráus de longitude da ilha de Ferro (correspondente a 7 gráus e 10 minutos E do meridiano do Rio de Janeiro), ou como melhor pensa o erudito senador Candido Mendes, deviam encontrar os da antiga capitania de Itamaracá e não aquele ponto, por quanto geograficamente, não é isso explicável, e estendiam-se até o rio V. Pinzon (Oiapoque) a 1 gráu e 30 minutos da linha equinocial onde acabava o seu domínio, bem como o de toda América portuguesa, com o desenvolvimento de cerca de 455 léguas da costa na direcção leste- oeste (Limites do Maranhão com o Piauí, 1919).

A fronteira oriental marcada por Candido Mendes de Almeida, que é o

---

zenda Luís de Madureira combinar com aquêle para que se criasse camara. Reunido o povo por um bando e feita a votação, sairam por eleitores Rui de Souza, capitão Pedro da Cunha, Alvaro Barbosa Mendonça, sargento-mór Afonso Gonçalves Ferreira e o capitão Bento Maciel Parente. Os quatro primeiros pertenciam à gente de Bitancor. Assentaram então os seis eleitores escolher para juises os capitães Simão Estácio da Silveira e Jorge da Costa Machado; para vereadores, Alvaro Barbosa e o sargento-mór Antônio Vaz Borba; e para procurador, Antônio Simões.

Uma carta, datada de 9 de dezembro de 1619, dos camaristas de S. Luís do Maranhão a el-rei, dá conta da instalação dessa primeira câmara do lugar e dos serviços que ia prestando. (Rodolfo Garcia).

Jaguaribe — uma vez que, para ele, o Ceará estava compreendido entre o Mondoituba e aquêle rio —, não pode também prevalecer.

Se levarmos em conta, para fixação das extremas do Estado do Maranhão, os limites levantinos da capitania doada a António Cardoso de Barros, a costa maranhense partiria antes da praia do Marco, indo, para o Norte, até os confins superiores das terras do Cabo Norte, ainda em grande parte desconhecidas.

Depois de constituído o Estado do Maranhão, as três capitanias, compreendidas no seu imenso território, continuaram a substituir com seus capitães-móres residindo na sede dos respectivos distritos e sujeitos ao capitão general a quem substituíam nos impedimentos e ausências ocasionais.

"Para a direcção do Estado havia, esclarece o historiador Artur Reis, Regimento especial, expedido o primeiro em 1623 e o segundo em 1655, como era, aliás, o espírito da civilização portuguesa, que não admitia arbítrios dos delegados da Coroa nas Colónias. Para a capitania do Pará, que abrange toda a Amazónia, o primeiro Regimento parece ter sido concedido a 5 de Julho de 1669 embora já em 1652 se fizesse referência a um texto anterior. Além desses estatutos, decretaram-se, em Alvarás, Cartas Régias, Decisões do Conselho Ultramarino e outras espécies legislativas, acréscimos, restrições e alterações, traçando-se rumo seguro aos governantes, para que não exorbitassem, o que não proibiu desregramentos, excessos, violências, malversão da causa pública, sempre, aliás, reprimidos com punições e censuras fortes."

(*Continua*)